

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Magaly Bartels Oliveira

**O ASSISTENCIALISMO CATÓLICO: TRAÇOS E DESAFIOS**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).  
Orientadora: Prof. Dra. Célia da Graça Arribas.

Juiz de Fora

2017

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **MAGALY BARTELS OLIVEIRA**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201373523A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **ASSITENCIALISMO CATÓLICO: TRAÇOS E DESAFIOS**, desenvolvido durante o período de 22/08/2016 a 01/02/2017 sob a orientação de Professora Doutora. Célia Arribas, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas, cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, **01 de fevereiro de 2017**.

---

**MAGALY BARTELS DE OLIVEIRA**

### **Marcar abaixo, caso se aplique:**

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

# O ASSISTENCIALISMO CATÓLICO: TRAÇOS E DESAFIOS.

Magaly Bartels Oliveira<sup>1</sup>

## RESUMO

Este trabalho tem a finalidade de suscitar reflexões sobre o assistencialismo religioso praticado nas ações sociais da Igreja Católica. Constata-se que a caridade e os direitos sociais caminham juntos dentro da Igreja Católica, o que trouxe uma questão: de que maneira a ideia de direito social é aplicada nas ações sociais das pastorais? Tendo a caridade como dever cristão, onde vai ser colocada em ação, na demonstração de solidariedade com as pessoas que não conseguem o mínimo possível para o seu sustento? Conforme se verifica, as ações sociais desenvolvidas na Igreja Católica não consistem apenas na doação de cestas básicas aos necessitados. Os integrantes das pastorais sociais, que se voluntariam em ações sociais, têm como motivação valores como a solidariedade e amor ao próximo buscando, sempre que possível, o direito social das pessoas assistidas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Igreja Católica, assistencialismo, caridade e solidariedade.

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pequena reflexão sobre a ação social da Igreja Católica envolve um enovelado de conceitos que, quer pela carga ideológica, quer pela própria carga polissêmica necessitam de esclarecimentos a partir da intenção da autora, tendo por base o pensamento de Eco (2015), no intuito de minorar as diversas interpretações que podem advir da leitura deste texto.

Muito se debate sobre a tensão existente entre assistência e assistencialismo. Fidelis (2004) salienta a importância de se ter clareza sobre estes termos:

Apesar de termos legislações que avançaram no sentido do direito social, muitas ações desenvolvidas segundo a ótica dos interesses de dirigentes do Estado têm-se caracterizado como assistencialistas, ou seja, ações que não emancipam os usuários, pelo contrário, reforçam sua condição de subalternização perante os serviços prestados. Estas ações constituíram-se com base na troca de favores, principalmente no que se refere às políticas partidárias, em que parte da população torna-se receptora de “benefícios” não no sentido do patamar do direito e sim na perspectiva da troca de votos e favores. Porém, para a população que depende dos serviços e benefícios transmitidos por essas políticas para garantir sua sobrevivência, não importa com que intenção as estão desenvolvendo, já que o fundamental é que não morra de fome, ou de outra necessidade qualquer.

Apesar da vinculação que a Igreja Católica faz entre as ações sociais e as ações de evangelização (na essência, arregimentação de fiéis), pretende-se abordar as ações sociais da Igreja como intervenções pontuais e emergenciais que visam, sobretudo, a restauração da dignidade da pessoa humana, pelo fundamental desenvolvimento de um sentido de respeito por si própria.

“Amar o próximo como a si mesmo”, afirma Bauman (2004), citando Freud, é um dos preceitos fundamentais da vida civilizada, o que contraria razão que a civilização promove: a razão do interesse próprio e da busca da felicidade; mas, elaborando a argumentação, estabelece interface com a reflexão abraçada sobre as ações sociais da Igreja:

(...) a exortação a “amar o próximo como a si mesmo” (ou seja, ter a expectativa de que o próximo desejará ser amado pelas mesmas razões que estimulam nosso amor-próprio) evoca o desejo do próximo de ser reconhecida, admitida e confirmada sua dignidade de portar um valor singular, insubstituível e não descartável. A exortação nos leva a pressupor que o próximo de fato representa esses valores – amo menos até prova em contrário. Amar o próximo como amamos a nós mesmos significaria então respeitar a singularidade de cada um – o valor de nossas diferenças, que enriquecem

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: magalybdeoliveira@gmail.com.br. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Prof. Dra. Célia da Graça Arribas.

o mundo que habitamos em conjunto e assim o tornam um lugar mais fascinante e agradável, aumento a cornucópia de suas promessas. (Op. cit. p. 103)

Destacados estes conceitos que havidos como nucleares e a despeito de outros termos que tão ou mais poderiam sugerir diversidade de interpretações, temos que, mesmo com alguns progressos na área social em nossos tempos, as diferenças sociais entre as camadas da sociedade são muito evidentes. Aliada à distribuição de renda desigual vamos ter como consequência o surgimento da população em estado de grande necessidade.

Com o objetivo de atenuar esse quadro, a Igreja Católica se organiza para promover um assistencialismo, com o objetivo de auxiliar pessoas que se encontram em alta vulnerabilidade, por isso as ações emergenciais, fazendo com que estas pessoas voltem a ter um lugar digno na sociedade.

Por longo tempo a Igreja Católica foi a instituição que mais se destacou no assistencialismo social, com base na caridade e nas demandas da vivência espiritual através da sociedade, elaborando ações para atender diversas questões sociais.

## **2. JUSTIFICATIVA**

Refletindo sobre a metodologia de pesquisa social e, sobretudo, quanto à perspectiva de observação do objeto de estudo, é inegável que a autora encontra-se na posição de “observadora participante”.

Portanto, mais adequada justificativa da escolha e da abordagem do Assistencialismo Católico se dará quando apresentada no formato de um depoimento, mesmo antes da busca dos contornos sociais da prática da ação assistencial da Igreja Católica.

Meu interesse pelo assistencialismo religioso surge a partir da minha frequência, desde adolescente às missas dominicais celebradas na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, pertencente à paróquia de mesmo nome; e, principalmente, depois de adulta, as missas celebradas todo dia dezesseis de cada mês em honra a Santa Edwiges.

Esta santa é a grande inspiradora do apostolado que leva o seu nome, tendo como objetivo o assistencialismo social, baseado nas normas que regem a Igreja Católica e na vida e obras realizadas por Santa Edwiges, descritas em sua biografia e também em sua oração, pois mesmo fazendo parte da nobreza da antiga Prússia, mostra um enorme poder de acolhimento aos pobres, desvalidos, presos, peregrinos e mães que não tinham como alimentar seus filhos, não deixando ninguém que procurava seu auxílio, sair sem ajuda material e espiritual. Atualmente Santa Edwiges é a santa que as pessoas com problemas financeiros recorrem para pedir a graça de pagar suas dívidas.

As missas em honra a Santa Edwiges são celebradas na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, pois o doador do terreno onde ela está edificada pediu que nesta Igreja fosse construída uma capela em homenagem a Santa Edwiges, mas a capela não comporta tamanho número de devotos, que vão agradecer as graças alcançadas, e que doam alimentos para os programas assistenciais. Estas missas são celebradas pelo padre Tarcísio Monay, sendo também pároco, responsável pela coordenação de todas as atividades da paróquia e do grande trabalho de assistencialismo ali desenvolvido incluindo, um grande número de voluntários, nas diversas áreas da ação social.

A todo momento e com muita calma, tanto o padre Tarcísio quanto as pessoas engajadas no assistencialismo, acolhem e tentam, por menor que seja, fazer a transformação nas vidas das pessoas que recorrem a eles.

Da aproximação ao envolvimento; do envolvimento o interesse em estudar, a partir do ponto de vista acadêmico, aspectos daquilo que vi e senti na prática, a meu ver, justificam a abordagem do objeto de estudo como se verá a seguir.

## **3. DESTACANDO A CARIDADE CRISTÃ**

A Igreja Católica não encara o assistencialismo como sendo uma simples ajuda, um auxílio, mas uma forma de transformação social, juntamente com a evangelização e o pertencimento religioso. Observamos a correlação entre pobreza, desigualdades e ação social da Igreja (caridade):

(...) o pertencimento religioso inscreve suas marcas de fé no que diz respeito à ação temporal suscitada pela pobreza material e pelas desigualdades sociais. Da a eficácia específica da ação social que se autodenomina caridade. (NOVAES 1998, p.117)

A solidariedade é a base fundamental da doutrina e das ações sociais da Igreja Católica. O relevante papel da instituição católica tanto na ação social quanto no viés político de emancipação, elabora-se a partir da referência ideológica do vínculo solidário.

Impulsionados pela caridade cristã, os católicos ativos (ou praticantes) se voltariam e se envolvem na ação social fundamentada na ideia do amor ao próximo. Sem que tenham como objetivo qualquer retribuição ou reconhecimento, atendem pessoas em estado de sofrimento social: crianças, famílias carentes, mendigos. O único parâmetro exigido do voluntariado é uma sincera disposição em ajudar e servir ao próximo.

Essa formação da caridade cristã é destacada em diversos trechos da Bíblia. A capilaridade do catolicismo se presta a divulgar os que correlacionam a mensagem de Bíblia com o espírito cristão e a prática altruísta da caridade e atenuando, ainda que pontual e emergencialmente, as possibilidades de discórdias, revoltas e conflitos, ações contrárias à reconstrução de caminhos que se pretendem emancipadores.

As pastorais sociais reúnem, sem restrições, a cidadania em torno de objetivos guiados pelo princípio da caridade.

O “Decreto sobre atividade missionária da Igreja”, produzido pelos debates do Concílio Vaticano Segundo, indica o caráter universal do movimento cristão, onde a caridade é um ato de comunhão e de amor ao próximo:

(...) a caridade cristã a todos se estende sem distinção de raça, de condição social ou de religião. Ela não espera vantagem alguma nem gratidão. Foi com amor gratuito que Deus nos amou. Assim também os fiéis por sua caridade mostrem-se solícitos por todos os homens, amando-os naquele mesmo afeto que levou Deus a procurar o homem. A imitação de Cristo que percorria todas as cidades e aldeias, curando toda doença e enfermidade em sua vinda do Reino de Deus (cf. Mt 9,35 ss; At. 10,38), a Igreja por seus filhos se liga aos homens de qualquer condição e em particular aos pobres e aflitos, dedicando-se a eles prazerosamente (cf. II Cor. 12,15). (Revista da CRB, nº 138, p. 722).

A caridade é, portanto, abordada como dever cristão, mostrando-se para a comunidade como uma virtude correlacionada com a nobreza e a bondade e como alicerce para a formação da empatia e o acolhimento da alteridade.

Na religião católica a maior virtude que se pode chegar é a caridade, em que o fiel vivenciando e praticando a caridade, a esperança e a fé, o seu encontro com Deus se realizará em sua plenitude.

Princípio fundador da busca da igualdade no exercício cristão da ação caridosa, propõem-se a irmanar os seres humanos, filhos de um mesmo Pai, promessa da salvação de todos, sem distinção: ricos e pobres que terão, no fim dos tempos, como prêmio, a paz, o amor e vida eterna. Não imagina desavenças entre as pessoas de maior poder aquisitivo e de projeção social com as pessoas que nada possuem, pois onde existe caridade os conflitos são sanados.

O ato caridoso de doar é redentor: quem dá e quem recebe acolhem-se mutuamente e, juntos, podem trilhar um caminho de fraterna igualdade, sem conflitos e a despeito de diferenças econômicas e sociais. A ação social expressa pela caridade cristã é, portanto, um ato espiritual, subjetivo, desvinculando-se - embora atuando necessariamente sobre ela - da justiça social: ação revestida da objetividade do arcabouço legal.

A caridade cristã abriga-se em conceitos abstratos de amor e fraternidade, vinculados à mensagem evangélica, que contém os princípios fundadores do cristianismo. Este amor que se materializa em caridade, assim como e para além, da mensagem e da tradição católicas é, também, motivo do pensamento filosófico:

(...) no entanto, e ainda que só existisse a título ideal ou de imaginação, este amor além do amor (além do *erôs*, além da *philia*), esse amor sublime e talvez impossível merece pelo menos um nome. Esse nome, em francês, é, em geral *charité* [caridade]. (COMTE-SPONVILLE, 1995, p. 290).

A pobreza como predestinação e a ação social como caminho de conquista das benesses da vida eterna impulsionaram a disseminação de obras assistenciais da Igreja Católica. Juntamente com os valores da filantropia e da caridade cristã, são fundadas associações filantrópicas onde irão ser acolhidas as pessoas

carentes dando amparo material. Com o reconhecimento jurídico dessas associações filantrópicas, estas puderam pleitear junto ao Estado ajuda para executar projetos por elas idealizados, com isenção de impostos.

Desenvolveu esta ação caritativa inspirada nas Encíclicas Sociais do Papa Leão XIII, onde aceitava-se “a pobreza como desígnio divino” e insistia-se na construção de obras assistenciais sob a tutela da Igreja que serviria de “ponte” entre ricos e pobres. Os ricos, através dos indigentes e estes “conquistados” por tanta “bondade”, reflexo do amor e misericórdia do próprio Deus, contar-se-iam com o que lhes é ofertado nesta vida esperando as riquezas da vida eterna. (AZEVEDO 1997:89 apud CAMURÇA, 2000, p. 9).

#### 4. A REALIDADE OBSERVADA DE OUTRO ÂNGULO

As grandes navegações e a descoberta do “Novo Mundo” que marcaram a o início do século XVI assinalam, também, a eclosão do pensamento capitalista que coincide com o abalo provocado pela Reforma Protestante.

Mesmo que a Igreja Católica argumente sua oposição ao capitalismo com base em questões relativas à ética cristã, o que se deu foi que, no momento histórico em que se viu obrigada a repensar seus confortáveis e milenares conceitos, foi premiada pela necessidade de defesa de sua influência social e econômica frente às novas religiões: o Protestantismo e a religião do capital:

O capitalismo deve ser visto como uma religião, isto é, o capitalismo está essencialmente a serviço da resolução das mesmas preocupações, aflições e inquietações a que outrora as assim chamadas religiões quiseram oferecer resposta. (BENJAMIM, 2013, cap. 1, pos. 337, edição Kindle)

Lutando em duas frentes de batalha, contra a Reforma e o capitalismo, a Igreja denuncia o capitalismo como a raiz do mal: ateu, aético e como o maior motivo das carências dos mais pobres. O extremismo conservador toma forma nas deliberações do Concílio de Trento (1545 – 1563).

A desagregação dos princípios católicos, agravada pelo Iluminismo, deságua no questionamento da unidade da Igreja e permite o surgimento de tendências afastadas do que o Vaticano pretendia como pensamento dominante.

Como toda grande instituição, a Igreja Católica parece ser um grande guarda-chuva que abriga pensamentos divergentes; no dizer de Libânio (1983, p.107), “assemelha-se a canteiro de obras” onde várias construtoras trabalham em sentidos opostos: uma demole o prédio velho; outra rouba o material da demolição para reconstruir o mesmo prédio que está indo ao chão; uma terceira procura adaptar a planta do antigo edifício às novas circunstâncias. A partir de uma planta original e inédita, uma quarta empresa constrói, sem saber que edifício resultará.

As Igrejas católicas brasileiras (plural) não escaparam desta busca de um caminho dentro da crise de identidade do catolicismo, deflagrada pela Reforma e acentuada pelo Iluminismo, em especial no momento pós Concílio Vaticano II. A “via do pluralismo e do compromisso libertador” (LIBÂNIO, 1983, p. 158) caracteriza-se, principalmente, pela tentativa de celularização da Igreja, de onde nasceram as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e as pastorais, estruturas dialéticas e dinâmicas que trabalham a identidade católica como um processo constante de construção.

Ao dar voz a grupos que caminham nas sombras econômicas, sociais e políticas do país, esta tendência do pensamento cristão confrontou-se com a ideologia seguida pelo golpe militar de 1964, sendo acossada, inclusive, pela “Lei de Segurança Nacional” que encastelava os governos de plantão nas décadas de 1960/1970. De mãos dadas com tendências conservadoras da Igreja e Governo, tentavam inibir o crescimento desta forma de ver e pensar o cristianismo.

Este assédio, entretanto, não evitou a emergência de lideranças leigas e populares no interior da Igreja, ao passo que o alargamento das diferenças entre as classes sociais não justificava um discurso de conciliação nacional. A Igreja plural e libertadora fortalece, assim, a ligação com os excluídos e explorados, distanciando-se do poder político do Estado.

Nesta direção, elaborou-se na América Latina um novo pensamento teológico que procurava se fundamentar na análise sociológica da necessidade social e na releitura dos Evangelhos. (CAMARGO, 1982, p. 60 apud SILVA, 2006, p. 330).

Para adequar as decisões do Concílio Vaticano II à realidade brasileira, em 1965 foi aprovado, não sem resistências, o Plano Pastoral de Conjunto da Igreja. Este Plano Pastoral atenderia as demandas ocorridas de renovação estrutural da Igreja. Uma ação evangelizadora mais ampla, mais plural, inclusiva e participativa: os leigos passavam de ser simples objetos para agentes das obras da Igreja.

Neste contexto desponta o que veio a se chamar de Teologia da Libertação. Segundo Noronha (2012) são características da visão teológica:

Fazem parte do seu ideário a crítica ao sistema capitalista, revelando que ele produz a idolatria ao dinheiro, e a crítica à ideologia do desenvolvimento econômico. Esta última criticada pela Teologia da Libertação (T.d.L) porque ao invés de trazer soluções para os problemas como o desemprego, desigualdade social ela gera consequências negativas para os pobres. Os teólogos da libertação não rejeitam o progresso econômico, o que eles fazem é analisar os resultados gerados pelo desenvolvimento levando em consideração a vida dos pobres.

Uma retomada na ideia da caridade foi fortalecida depois da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino Americano em Medellín (1968), Colômbia. No bojo de grandes crises sociais, econômicas, e políticas na América Latina, os movimentos ideológicos cresciam dando origem a movimentos populares que recrutavam uma considerável quantidade de cristãos, provocando perturbações no seio da Igreja, que se viu diante da necessidade de uma reorganização no seu comportamento em relação à política. Em decorrência destes fatos, como grande força, surgem as comunidades cristãs e as pastorais sociais, que são responsáveis pela divulgação do pensamento, da esperança e da fé, unidos a uma participação política.

Com a mobilização de religiosos e leigos, nos anos de 1970, foram formadas em todo o país as Comunidades Eclesiais de Base e as pastorais sociais, tendo como meta a discussão dos principais problemas sociais, usando como instrumento fundamental as leituras dos Evangelhos, cobrando dos representantes da política um parecer quanto aos problemas dos cidadãos brasileiros.

A convivência entre os movimentos de base (CEBs, pastorais, Juventude Operária Católica, Juventude Universitária Católica, etc.) e aqueles já consolidados na estrutura tradicional e conservadora (Filhas de Maria, Apostolados de Oração, etc.) resultou na influência mútua que primordialmente dissolveu as bordas da tradição, direcionando parte da atuação da Igreja para ações sociais.

Esta nova orientação está sempre presente nas ações de assistência da Igreja e nas ligações que se estabelecem entre religiosos, leigos atuantes e assistidos.

Os religiosos (notadamente padres), que coordenam as pastorais, desenvolvem ações que, envolvendo questões sociais e trabalhistas, são alheios a temas políticos.

(...) se autorreconhecem com atribuições especiais, marcadas seja territorialidade (paróquia ou dioceses), seja pelo carisma do santo inspirador ou fundador da associação de leigos ou religiosos, seja pelas diferentes maneiras de articular Fé e Vida, Fé e Política. (NOVAES, 1998 P. 91)

Após o fim da Guerra Fria e da visão maniqueísta comunismo *versus* capitalismo, no final do século XX a Igreja viu-se obrigada a aceitar como irreversível o advento do capitalismo e do estado burguês.

Nas primeiras décadas do século XXI, a Igreja Católica, assombrada por questões que envolvem a sexualidade de seus religiosos e pelo surto de conservadorismo que procurou, sob os papados de Paulo VI a Bento XVI, mitigar a abrangência das decisões do Concílio Vaticano II (1962 – 1965), reabilita, timidamente, sob a orientação do Papa Francisco, as ideias de pluralismo e libertação, impulsionada pelo pensamento ecumênico, núcleo do Concílio da década de 1960.

Ainda assim, sob o pálio da Igreja de Roma, sobrevivem as divergências em busca da hegemonia.

## 5. UM NOVO PENSAR SOBRE A CARIDADE E SOLIDARIEDADE

As pastorais sociais, formadas em sua maioria por leigos, se responsabilizam pelas ações de assistencialismo e solidariedade. As pastorais são orientadas a desenvolver atividades visando viabilizar a transformação de realidades que envolvam sofrimento social.

Constata-se que os participantes das pastorais seguem a orientação da Cartilha da CNBB, sendo a caridade o centro, seguindo a Igreja e as ações de Jesus Cristo. Bingemer (1994 p.301) apud Silva (2006, p. 338-339) nos traz uma definição de solidariedade como ser responsável com o outro, pelo outro, havendo uma ação mútua, de pessoa para com outra pessoa e de grupo para grupo.

Crescer em solidariedade, viver a solidariedade é, portanto, segundo a fé cristã o ensinamento da Igreja, viver uma ética que leva continuamente ao reconhecimento da dignidade pessoal do outro seja qual forma seu estado de vida e condição social – em pé de igualdade consigo mesmo e ao compromisso com a vida de todos, particularmente dos pobres e dos inimigos.

Em entrevista com a diretora administrativa da Associação da obra de Apostolado de Santa Edwiges, no bairro Bairu, em Juiz de Fora – MG, ela se diz motivada pela caridade, que se baseia no amor ao próximo, que se materializa na ajuda aos que se acham sem nenhuma perspectiva para a manutenção de sua vida. É com esta motivação que todos os membros do Apostolado de Santa Edwiges são conduzidos em suas ações sociais.

Pudemos observar que há uma grande variedade de atividades: desde a entrega de cestas básicas, até atividades como aulas de artesanato, tricô, crochê, informática, etc. O objetivo principal é o auxílio na transformação da situação vulnerável das pessoas assistidas. Conforme a cartilha “O que é pastoral social?”, a Igreja, através de ações para recuperar as pessoas carentes da sociedade, mostra a compaixão e o amor de Jesus para com elas:

Os Atos dos Apóstolos, as Cartas e o Apocalipse revelam igualmente a atenção das primeiras comunidades para com os pobres. Desde cedo, os cristãos se organizam para suprir as necessidades básicas de seus irmãos. Como mostra São Pedro em sua primeira carta, as comunidades eram “uma casa para quem não tinha lar”. (CNBB, p. 18)

Os voluntários em suas ações sociais têm uma grande aproximação com diferentes situações sociais, ocasionando um novo pensar sobre a caridade, não a vendo somente pelo lado afetivo (subjetivo), direcionada aos grupos sociais assistidos.

A caridade prática que implica numa análise objetiva da realidade e em colocar-se ao lado de um dos polos conflitivos. A caridade é conversão e esta para, frequentemente, pela experiência dura e dolorosa do conflito. Somente assumindo o conflito na sua rudeza, o homem é capaz realmente de amar com objetividade. O conflito pode ser uma mediação da caridade, pois somente através dele consegue-se criar condições objetivas de justiça e de amor para com uma classe, para muitos seres humanos. (LIBÂNIO, 1982, p. 139 apud SILVA, 2006, p. 336.)

A maioria dos voluntários são pessoas leigas que praticam a caridade afetuosa, envolvendo-se na assistência e na colaboração para diminuir as diferenças sociais, realizando a solidariedade entre pessoas que possuem maior poder aquisitivo e as pessoas carentes. A solidariedade com base em princípios cristãos se dissemina, também, entre aqueles que são assistidos: não é incomum constatar-se que mesmo entre as famílias carentes há um constante movimento de ajuda comunitária: divide-se o pouco com quem não tem nenhum.

Pelo contato com as carências e necessidades que se encontram as pessoas, a caridade toma uma proporção ainda maior, motivando-os a participar de ações para arrecadar doações e até mesmo ingressar em algum movimento social.

Se por um lado, as ações sociais promovidas pelos voluntários procuram trazer uma modificação para a vida das pessoas carentes, por outro não traz a estas pessoas garantia do direito social, ficando muitas das vezes incompletas.

O mercado, no pensamento neoliberal, é o grande (talvez único) responsável pela solução dos problemas socioeconômicos o que inclui os ajustes sociais que se tornam reféns das manobras. Motivando um espírito de solidariedade entre as pessoas, o Estado busca se ver livre de mobilizações da sociedade civil e no bojo de ações da política neoliberal, transfere sua responsabilidade com pequenas e pouco eficazes ações sobre o sofrimento social promovendo a terceirização das ações de assistencialismo:



Segundo proposta do governo, é necessário que a sociedade se torne parceira do Estado, partilhando com ele o enfrentamento das desigualdades sociais. Essa parceria deve envolver a solidariedade de organizações não governamentais e populares, sindicatos, universidades, igrejas e empresas. O Estado perde a primazia na responsabilidade da questão social. (GUSMÃO, 2000 p.107 apud SILVA 2006, p. 340.)

As pastorais sociais com seu grande número de voluntários, conseguem assistir muitas pessoas carentes, com ações quase invisíveis, onde as intervenções do Estado não chegam, e quase sempre o substituindo.

Muitas vezes os voluntários que compõem as pastorais sociais da Igreja veem-se levados a participar da política, envolvendo-se em conselhos como o da saúde, educação, assistência social, procurando, assim, direcionar recursos para ações que pela ausência negligente do Estado, extrapolam o planejamento e a dotação financeira (oriunda de doações) das pastorais.

## **6. COMPREENDENDO AS PESSOAS ASSISTIDAS PELA IGREJA CATÓLICA**

Necessidades básicas e emergenciais de sobrevivência levam as pessoas a buscar as ações sociais da Igreja e encontram nas pastorais o apoio e o acompanhamento inclusive no que diz respeito às questões sociais.

Entretanto, estas soluções imediatas para o problema de carência das famílias, realizadas pelas ações solidárias das pastorais, relevam-se paliativas e não conseguem atingir objetivos de transformação da situação miserável destas famílias e de recuperação da autoestima e da dignidade das pessoas assistidas.

Na visão de quem coordena as pastorais, voltada para o caráter subjetivo e espiritual das ações, a busca das soluções é muito mais que apenas assistencialismo e caridade:

as pastorais sociais expressam a compaixão de Jesus e o amor da mãe, traduzindo-os numa ação social de promoção humana junto a setores mais pobres da sociedade. (CNBB, 2001 p. 19).

Apesar do assistencialismo praticado pelos voluntários das pastorais da Igreja Católica não conseguir de fato uma transformação social na vida dos assistidos, é de grande relevância o que leva os voluntários a partir da caridade: a ideia subjetiva e espiritual do amor ao próximo.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na metade da segunda década do século XXI, no Brasil, as notícias dão conta do alargamento da distância da desigualdade, quer por injunções políticas, quer por injunções sociais ou pela infeliz e necessária união das duas. O sofrimento social estampado nas telas da TV nos questiona sobre os limites dos nossos interesses e interroga sobre nossa adesão a um conceito predominante de bem.

Neste quadro, observa-se que a assistência baseada na ideia cristã de caridade da religião católica, não alcançou o objetivo de transformar as condições desfavoráveis que empurram as pessoas para um estado de cada vez maior vulnerabilidade psicossocial, suprimindo apenas as emergências. Os voluntários das pastorais se empenham para que as ações aconteçam diante de grandes crises econômicas e sociais que se fizeram íntimas do nosso cotidiano, desde a proximidade do município até a distância nebulosa da esfera federal. Os necessitados seriam acolhidos na emergência e, posteriormente, procurariam, através de seus esforços, a reconstrução da dignidade, da autoestima e da vida.

Nos anos 90 – reflexo utópico da Constituição de 1988 -, surge uma nova visão para as ações de assistência social, se apresentado como política pública, em que o Estado brasileiro teria a responsabilidade de acolher pessoas em estado de pobreza, onde estas pessoas não precisariam recorrer a ações de caridade dos voluntários da sociedade civil.

Os voluntários da Igreja Católica, não deixaram de atuar, sempre buscando expandir os horizontes de atuação de suas ações sociais, diferenciando a assistência promovida no campo religioso e a assistência oferecida pelo Estado laico, de caráter secular.

É de grande importância desvincular a concepção, que está arraigada na sociedade, onde o assistencialismo às pessoas carentes em todas as áreas liga-se apenas na ideia de caridade, que por descuido ou até mesmo por decisão é usado por várias pessoas da sociedade, ligadas ou não às Igrejas.

Mesmo que não se despreze todas as críticas que se possa fazer aos métodos e ao conteúdo do assistencialismo católico, esta pequena reflexão, afinal, permite concluir que as ações sociais levadas a cabo pela Igreja através de suas pastorais e pela sua incontestada capilaridade são, dentro do quadro de supressão ou esmaecimento de programas sociais, parte de uma solução, ainda que provisória e incompleta.

## REFERÊNCIAS

- BENJAMIM, Walter. **O capitalismo como religião** [recurso eletrônico]. São Paulo: Boitempo, 2013. Cap. 1 pos. 337-436 [edição Kindle].
- BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. p. 99-144.
- BINGEMER, M.C. **Doutrina social da Igreja e teologia da libertação**. São Paulo: Loyola, 1994.
- CAMURÇA, Marcelo A. Fora da caridade não há religião! Breve história da competição religiosa ente catolicismo e espiritismo kardecista e de suas obras sociais na cidade de Juiz de Fora. In: **II Simpósio Nacional de História das Religiões**, Grupo de Pesquisas “Religiões afro-brasileira e Kardecismo”, Mariana – MG, 23 a 25 de maio de 2000.
- COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 241-311
- CINBB. **O que é Pastoral Social? Cartilhas de pastoral social, n. 1**. São Paulo: Ed. Loyola, 2001.
- CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL, **Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil**, Ano XII, n. 138, Rio de Janeiro, 1966. p. 721-723.
- ECO, Umberto. **Os limites da interpretação**. São Paulo: Perspectiva, 2015. p. 1-19.
- FIDELIS, Solange S. dos Santos. Conceito de Assistência e Assistencialismo. **2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. UNIOESTE – Campus Cascavel**. Disponível em: <[http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/poster/servico\\_social/pss13.pdf](http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/poster/servico_social/pss13.pdf)>
- LIBÂNIO, João Batista. **A volta à grande disciplina**. São Paulo: Loyola, 1983. p. 107-179.
- NORONHA, Cejana Uiara Assis. Teologia da libertação: origem e desenvolvimento. In: **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 185-191, abr/jun. 2012.
- NOVAES, Regina Reyes. Juventude e ação social no Rio de Janeiro; resultados de pesquisa. In: **Ações em sociedade: militância, caridade, assistência, etc**. Leilah Landim (org.). Rio de Janeiro: NAU, 1998. p. 89-171.
- SILVA, Cláudia Neves da. Igreja católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. In: **Sociologias**, Porto Alegre, nº 15, p.326-351, 2006.